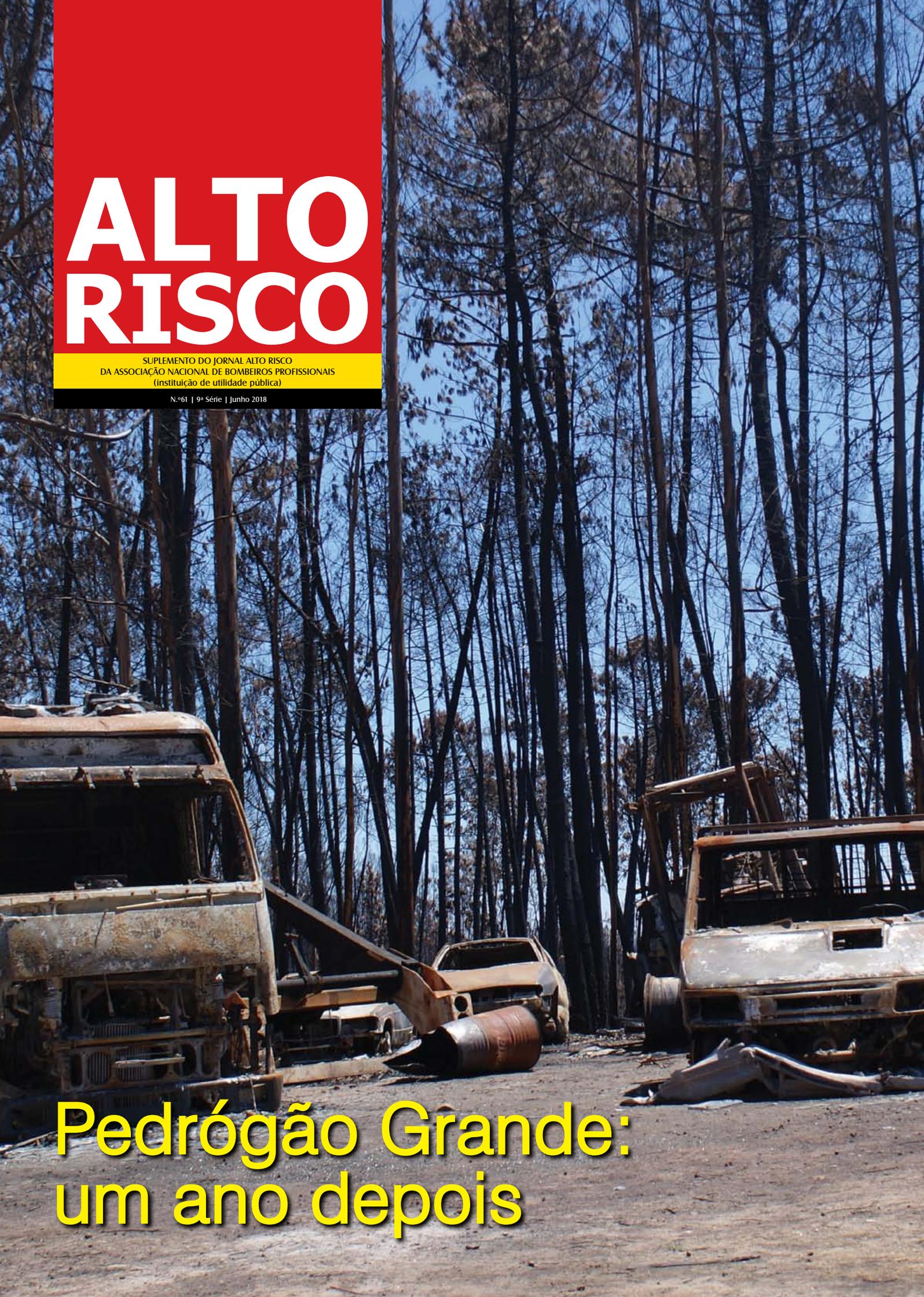


ALTO RISCO

SUPLEMENTO DO JORNAL ALTO RISCO
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE BOMBEIROS PROFISSIONAIS
(instituição de utilidade pública)

N.º61 | 9ª Série | Junho 2018



**Pedrógão Grande:
um ano depois**



Associação Nacional de
Bombeiros Profissionais



Zé Baril, Mascote da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais
Fazemos ações em escolas para dar a conhecer o trabalho dos Bombeiros Portugueses.
Milhares de crianças já participaram nesta iniciativa.
E-mail: anbombeirosp@mail.telepac.pt
Contactos: 213 942 080
918 501 080

Destaques



8

Reportagem
Incêndios 2017:
Um ano depois,
o que mudou?



16

Reportagem
RSB Celebra 623 anos
com mais 140 elementos



23

Notícia
Olhão: Dia da
Cidade que vai
ser anfitriã do
Dia Nacional
do Bombeiro
Profissional



28

Reportagem
“Portugal
tem milhares
de fósforos
incontroláveis”



Fernando Curto

Presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais

Investir para Prevenir

Estamos já no Verão e, apesar do tempo instável, avançamos para a chamada época dos fogos florestais. Sem esquecer, porque não se pode apagar da memória, a tragédia do que se passou no ano passado, nos incêndios de Junho e de Outubro. Já passou um ano de Pedrogão Grande e esperamos que o país tenha aprendido a lição e esteja, de facto, preparado para o que aí vier.

Têm sido muitos os estudos que analisam a realidade e impacto dos fogos florestais em Portugal. Nesta edição de Alto Risco olhamos para algumas dessas perspectivas, como a do estudo de Mark Belghley e A.C.Hyde, apresentado no Instituto de Agronomia da Universidade de Lisboa, e que conclui que “Portugal entrou numa nova era do fogo”. Um alerta reforçado com outros relatórios da área do ambiente que apontam os efeitos da seca no território continental.

Uma das medidas pós-tragédia dos fogos de 2017 está concretizada desde Fevereiro: a Agência para a Gestão Integrada dos Fogos Rurais, que se destina a defender a floresta dos

incêndios florestais e a garantir também a defesa de pessoas e bens.

Isto traduz o que deve ser uma prioridade nacional. E que deve resultar numa decisão política de investir na prevenção, na preparação de estruturas, equipamentos, equipas, na informação da população... para procurar garantir que o país está mesmo preparado para mais uma época dos incêndios florestais.

Não é só contar com os milhões da Europa para pagar os prejuízos. O Fundo de Solidariedade da União Europeia vai dar 50 milhões a Portugal para pagar uma tragédia que devia ter sido evitada.

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais tem dado o seu contributo, não só ao nível do debate técnico e das reivindicações junto da tutela, mas também com as acções do projecto Zé Baril – Mascote de protecção civil. Nesta edição mostramos algumas das iniciativas realizadas em várias escolas do país, junto dos mais pequenos. A prevenção também começa por eles, tanto quanto se fala de floresta como quando se olha para as cidades.

Boa leitura, boas férias... e espero que no final do ano estejamos a fazer o balanço do Verão com poucos fogos e mais vidas poupadas!

Diretor

Filomena Barros

Diretor-Adjunto

Sérgio Rui Carvalho

Redação

Cátia Godinho
Alexandra Martins Silva

Grafismo

João Botas Gonçalves

Paginação

João Botas Gonçalves

Fotografia

Gab. Aud. ANBP

Propriedade

Associação Nacional de Bombeiros Profissionais
Av. D. Carlos I, 89, r/c
1200-647 Lisboa
Tel.: 21 394 20 80

Tiragem

20 000 exemplares

Registo n.117 011
Dep. Legal n. 68
848/93

Impressão

MX3



“Solidariedade vem com responsabilidade”

(Por Alexandra Martins Silva)

Foram as palavras que o Comissário europeu para a Ajuda Humanitária e Gestão de Catástrofes, Christos Stylianides, usou para deixar claro que o rescEU, o mecanismo de protecção civil europeu, assenta na prevenção e que a primeira resposta a catástrofes deve ser assegurada pelo estados-membros. O Comissário europeu esteve em Portugal, no dia 9 de fevereiro, para o seminário “Mecanismo Europeu de Protecção Civil”, uma iniciativa do Instituto Sá Carneiro e do Grupo Parlamentar do PSD, que decorreu na Sala do Senado da Assembleia da República, onde estiverem presentes vários representantes da protecção civil nacional e das autarquias.

O rescEU é um mecanismo europeu de protecção civil mais eficaz na resposta a catástrofes, que só é ativado quando os meios do mecanismo já existente são insuficientes. O atual mecanismo, assente somente no voluntariado dos estados-membros, existe desde 2001 e já respondeu a mais de 250 pedidos de ajuda, mas, segundo Christos Stylianides, “o sistema atingiu os seus limites”, sendo que mudar a situação “é o nosso dever moral para com o cidadão”.

O Comissário europeu salientou que a urgência de mudança vem do facto de que “os fenómenos meteorológicos



extremos vão aumentar”, “os desastres naturais estão a intensificar, são mais frequentes, mais comuns, [...] eles estão a afetar todos os cantos da Europa”, referindo ainda que “não é apenas uma obrigação para o sul” da Europa, destacando que vários países de norte também pediram ajuda ao dispositivo europeu, “até na Gronelândia vimos fogos florestais”, “até na Suécia tivemos de ativar o mecanismo”.

Segundo Stylianides, “o verdadeiro significado” do rescEU é “uma Europa que protege”, aproveitando a sua intervenção para esclarecer os mal-entendidos que têm surgido sobre o rescEU, nomeadamente a perceção de que este é um novo mecanismo criado de raiz. “O rescEU é baseado no nosso sistema atual”, que “atingiu os seus limites porque deparamo-nos com desastres em simultâneo em vários países”. O Comissário reiterou que este mecanismo é “uma atualização do sistema atual”.

Sobre a ativação do mecanismo, o comissário deixou claro que essa é feita apenas quando “as ferramentas de um país estão sobrecarregadas”, esclarecendo que “o rescEU não vai substituir as capacidades nacionais e regionais,

é apenas um complemento em eventos extraordinários”. O comissário deixou um aviso para os estados-membros, dizendo que “o mais importante é a primeira resposta”, que “as responsabilidades primárias mantêm-se nos estados-membros”, e que “as medidas que os estados-membros estão a levar a cabo na prevenção e preparação não são suficientes”. “Eu quero ser muito claro, para o rescEU funcionar, o nossos estados-membros têm de desenvolver as suas capacidades”.

O Comissário europeu para a Ajuda Humanitária e Gestão de Catástro-

fes disse que acredita “veemente que solidariedade vem com grande responsabilidade”, e frisou que o rescEU não assenta na resposta, mas sim na prevenção. Posto isto, “temos de estabelecer uma cultura de prevenção”, realizar “mais exercícios em conjunto”, e gastar os fundos “em adaptação”.

A representante da delegação do Grupo do Partido Popular Europeu no Parlamento Europeu [Forza Italia] e relatora do relatório “Mecanismo de Proteção Civil da União para o período 2014-2020”, Elisabetta Gardini, deixou o testemunho das várias catástrofes que



atingiram a Itália, destacando a importância da “comunidade”, a “formação e organização e a “rapidez e prontidão na resposta. Elisabetta Gardini referiu que “a Europa que o mecanismo representa é uma Europa protegida” e que “a prevenção tem de ser a nossa obsessão” porque “as perdas por causa dos desastres naturais são enormes.

O professor Domingos Xavier Viegas, relator do relatório sobre os incêndios de 2017, do Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais da Universidade de Coimbra, convidado para fazer uma intervenção sobre a sua análise dos incêndios, abordou as condições climáticas, o número de ignições, mortes, o comportamento do fogo e as conclusões que tirou da análise que o seu grupo de trabalho retirou dos incêndios. Interrogado por Elisabetta Gardini sobre a possibilidade de dominar um fogo com as dimensões dos de junho e outubro, o professor disse que é muito difícil.

Xavier Viegas referiu ainda que “uma melhor e mais forte proteção civil europeia faz parte da solução, mas nem sempre funciona”, destacando a importância da inclusão do pilar da população na estrutura da defesa da floresta (atual-



mente constituído pelo ICNF-Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, pela ANPC-Autoridade Nacional de Proteção Civil e pela GNR-Guarda Nacional Republicana). O professor salientou a importância da limpeza das zonas urbano-florestais, mais propriamente, a relevância das pessoas limparem os terrenos à volta das suas casas, que podem transformar-se em abrigos em caso de incêndios florestais de grandes dimensões. Após esta apresentação Elisabetta Gardini disse que “temos de agir depressa”.

A 2.ª Comandante Nacional da ANPC, Patrícia Gaspar, fez questão de intervir

no espaço de debate, que se abriu após as intervenções dos oradores, onde disse que “Portugal é provavelmente um dos países europeus que mais vezes ativa este mecanismo. Não estamos orgulhosos, mas estamos gratos que este mecanismo exista”. A operacional acrescentou que “nós estamos empenhados em seguir este mecanismo”, “acima de tudo, nós estamos a discutir a prevenção, mas também a preparação” e que “estamos a trabalhar muito para evitar isto na próxima época de fogos” e “a discutir comunidades mais seguras e resilientes”.



Incêndios 2017: Um ano depois, o que mudou? DECIF passa a DECIR e “ganha” reforços

(Por Cátia Godinho)

As marcas da tragédia de 2017 continuam à vista nos longos quilómetros de terrenos ardidos que atravessam o distrito de Leiria e a Região Centro do país. O ano passado ficou marcado pelos incêndios mais graves de que há registo no que diz respeito a perda de vidas humanas. Nos incêndios de 17 de junho e de 15 de outubro 116 pessoas morreram, e até ao final do mês de outubro arderam 440 mil hectares de floresta e povoaamentos, segundo dados do Instituto de Conservação da Natureza. Metade da área ardida foi registada no mês de outubro, em que arderam 223 901 hectares. No total, a área ardida em 2017 superou os números de 2003 (425 839) e de 2005 (339 089).

A gravidade dos números levou a intenções políticas. Desde o combate à prevenção multiplicaram-se as medidas para tentar evitar a tragédia de 2017.

As mudanças começaram logo pela alteração de DECIF (Dispositivo Especial



de Combate a Incêndios Florestais) para DECIR (Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais). Com esta, outras alterações passaram do papel à prática: as fases Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo, dão agora lugar aos níveis “reforçado” e “permanente”.

De acordo com a Diretiva Operacional Nacional (DON) houve um reforço de

meios de combate aos incêndios, com mais operacionais, mais viaturas e mais meios aéreos. Um aumento com maior expressividade nos meses de junho e outubro (meses em que se registaram os maiores incêndios de 2017).

No período de 1 a 30 de junho, agora designado de “reforçado nível III” estiveram mobilizados 8187 elementos

(mais 1580 do que em 2017), 1879 viaturas (mais 365 do que no ano anterior) e 40 meios aéreos que passaram a 48 na segunda quinzena de junho (mais oito do que no ano anterior).

Já na anteriormente designada fase Charlie, agora mencionada como “reforçado nível IV”, entre 1 de julho e 30 de setembro, vai contar com 10 767 elementos, 2463 veículos e 55 meios aéreos (mais 1027 operacionais, 398 viaturas e sete aparelhos).

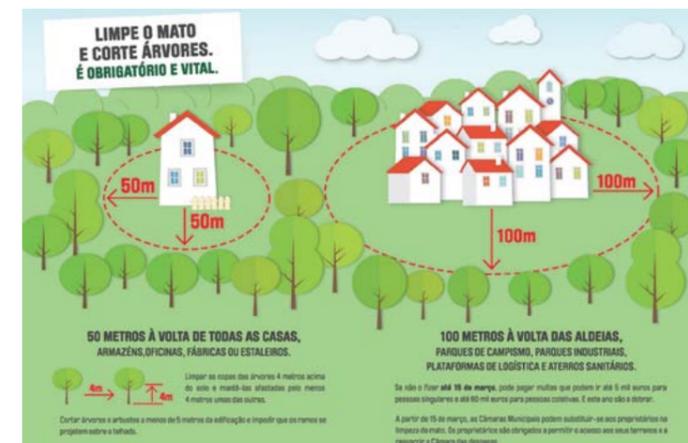
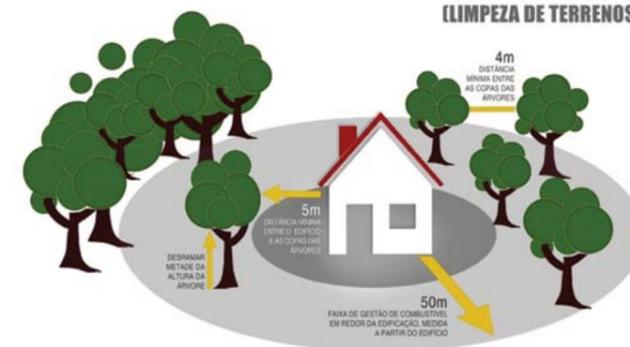
Segue-se o período entre 1 e 15 de outubro, agora designado de “reforçado nível III”, que conta com mais de 8 mil elementos (mais 2834), 1944 veículos (mais 637) e 34 aeronaves (mais 12 meios aéreos).

Com o DECIR 2018 passam a estar disponíveis entre 1 de janeiro e 14 de maio e 1 de novembro e 31 de dezembro (agora denominados de “permanente nível I), 20 meios aéreos. Durante estes períodos, vão estar operacionais as forças dos corpos de bombeiros, do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da GNR, da Força Especial dos Bombeiros, da ANPC, as equipas de intervenção permanente (EIP) e os Grupos de Intervenção Permanente (GIPE).

Reforma da Floresta

A reforma da floresta passou a estar entre os objetivos anunciados pelo governo, nomeadamente no que diz respeito aos terrenos privados. O Orçamento de Estado de 2018 estabeleceu que os privados deviam limpar os seus terrenos florestais, criando faixas de segurança junto às estradas, casas, empresas ou linhas de energia. Caso não o fizessem, seriam multados e os municípios teriam que assumir essa missão. A medida foi alvo de grande contestação da Associação Nacional de Muni-

FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (LIMPEZA DE TERRENOS)



Exemplos de um folheto distribuído por autarquias para sensibilizar a população

cipios Portugueses.

Meios aéreos

A inoperacionalidade de três KAMOV levou a que o governo português rompesse o contrato de exploração com a Everjets. O Ministério da Administração Interna assinou em julho o contrato para três meios aéreos de combate aos incêndios, com a HeliPortugal. O negócio foi feito por ajuste direto e as aeronaves vão substituir os Kamov inoperacionais.

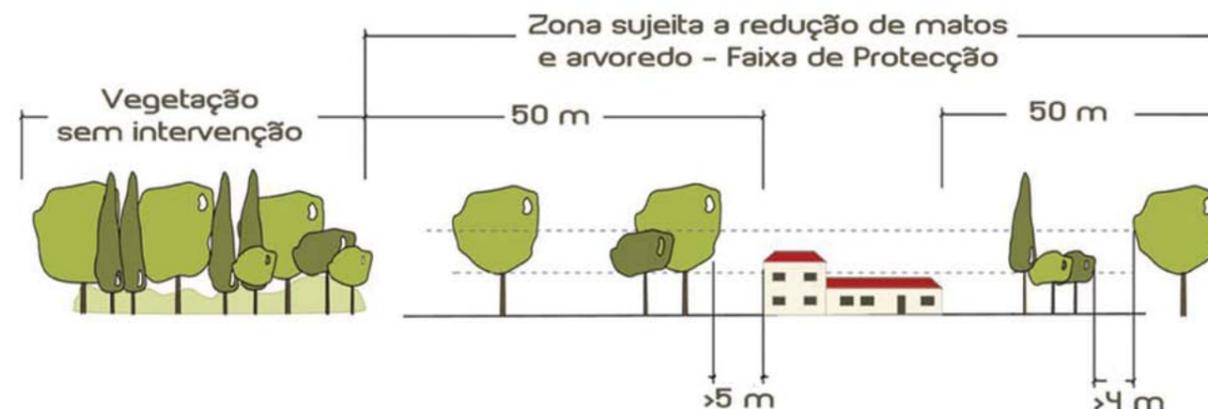
Rede de Comunicações

O Governo fez alterações ao contrato que tinha com a gestora do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP). Depois das falhas detetadas nos incên-

dios de 2017, houve necessidade de “garantir a redundância da rede e uma maior eficiência do sistema”, de acordo com o Governo.

O objetivo é a criação de um sistema alternativo de transmissão via satélite, disponível para assegurar as comunicações do SIRESP do continente, até um máximo de 60 estações base em simultâneo, sempre que haja falha dos circuitos alugados terrestres que normalmente suportam as referidas comunicações.

Outra alteração diz respeito à utilização de um parque de 18 geradores de emergência, repartidos por três polos, disponíveis para deslocação e instalação nas estações base do SIRESP do continente, para fornecimento de energia em situações de falha da rede pública.





E depois de 2017, o que foi feito para proteger as populações? Programa “Aldeias Seguras, Pessoas Seguras”

Depois de 2017 foram desenvolvidas várias iniciativas com o objetivo de, por um lado, protegerem as populações e por outro, de sensibilizá-las para o risco. Uma destas iniciativas foi o programa “Aldeias Seguras, Pessoas Seguras”, que tem como objetivo a implementação, à escala local, de um conjunto de atividades que podem ser desenvolvidas em virtude da segurança e proteção de pessoas e bens. Inclui a indução a boas práticas no domínio da prevenção, sensibilização, aviso, abrigo, refúgio e evacuação.

E stá já a ser implementado em 700 aldeias dos 189 municípios que possuem freguesias de risco no âmbito da defesa da floresta contra incêndios. As iniciativas levadas a cabo pretendem, de acordo com nota explicativa do Ministério da Administração Interna, incentivar a participação das populações e reforçar a consciência coletiva de que a proteção e a segurança são responsabilidades de todos; apoiar o poder local de forma a promover mais segurança; contribuir para a salvaguarda de pessoas e bens; implementar estratégias de proteção de aglomerados populacionais face a incêndios rurais; criar dinâmicas e hábitos com base no

conceito de autoproteção; familiarizar as populações com as condutas adequadas a observar em caso de evacuação ou confinamento, treinando-as para esse efeito; sensibilizar para a adoção de práticas e comportamentos que minimizem o risco de incêndio rural e aumentem a segurança das comunidades.

A execução do Programa “Aldeias Seguras” e “Pessoas Seguras” resulta de um protocolo assinado entre a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE).

Criação do Oficial de Segurança da Aldeia

Associado ao Programa “Aldeias Seguras, Pessoas Seguras” está a criação da figura do Oficial de Segurança. Ao todo, contam-se já mais de 700 pessoas que desempenham esta função, em regime de voluntariado e que são escolhidos pela comunidade onde se inserem. O Oficial de Segurança da Aldeia tem como missão transmitir avisos à população e organizar a evacuação do aglomerado em caso de incidentes, como incêndios rurais.

O seu perfil, segundo a Autoridade Nacional de Proteção Civil, deve reunir capacidade de liderança, conhecimentos de segurança, e ser respeitado pela comunidade em que está integrado.

Nesta sequência, foram ainda identificados 350 locais de abrigo/refúgio e elaborados planos de evacuação, que ascendem já a mais de 250, de forma a sinalizar os caminhos de evacuação nos aglomerados populacionais.

A implementação deste programa tem levado à realização de exercícios de evacuação em aldeias, organizados pelos Serviços Municipais de Proteção Civil dos municípios em que se incluem. Um exemplo destes simulacros decorreu a 29 de maio, no sítio da Cumeada, em Silves, onde foi levado a cabo um exercício de evacuação da população, com o objetivo de “sensibilizar a população residente para a eventual necessidade de proceder à evacuação do aglomerado, na sequência de um incêndio rural”, segundo nota da Autoridade Nacional da Proteção Civil.



Pub

Jacinto Marques de Oliveira Sucrs., Lda

Sede: Av. dos Correios, 191 - Apartado 47
3885-999 Esmoriz - Portugal

Escritórios e Armazéns: Rua do Campo Grande, 132-184
3885-530 Esmoriz - Portugal

Tel: +351 256 750 300
Fax: +351 256 751 481
info@jacinto-lda.com

www.jacinto-lda.com

SGS

SMS de alerta às populações

Uma das dificuldades apontadas pelos relatórios sobre os incêndios de 2017 dizia respeito ao aviso às populações. Em maio de 2018 o exercício operacional Montemuro 2018, decorrido nos distritos de Aveiro e Viseu, serviu para testar um novo sistema de aviso à população através de mensagem escrita remetida para os telemóveis.

O sistema foi desenvolvido pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, em parceria com a Autoridade Nacional das comunicações, as operadoras móveis e a Secretaria Geral da Administração Interna.

O teste consistiu num envio de SMS para os clientes das redes móveis localizados nos distritos de Aveiro e de Viseu, incluindo cidadãos estrangeiros, em inglês e português, para avaliar a funcionalidade do sistema, nos distritos.

A partir de agora, os avisos por SMS serão efetuados para notificar a população sempre que for decretado o alerta vermelho para o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais. O sistema será



utilizado a nível distrital mas áreas geográficas abrangidas pelo estado de alerta vermelho. Além de uma mensagem inicial, as populações vão sendo sempre informadas acerca da manutenção ou cancelamento deste alerta.

De referir que o aviso é efetuado pelos operadores de telecomunicações móveis, a pedido da ANPC, mas o conteúdo da mensagem é produzido pela ANPC e não é



alterada ou modificada pelos operadores de comunicações.

No dia do teste, a 19 de maio, a SMS foi enviada para os números móveis que, ao início da manhã, se encontravam nos distritos de Aveiro e Viseu e nas suas proximidades, tendo a mensagem sido enviada para cerca de 1,4 milhões de pessoas. A taxa de entrega obtida foi de 87%, correspondendo a mais de 1,2 milhões de SMS.

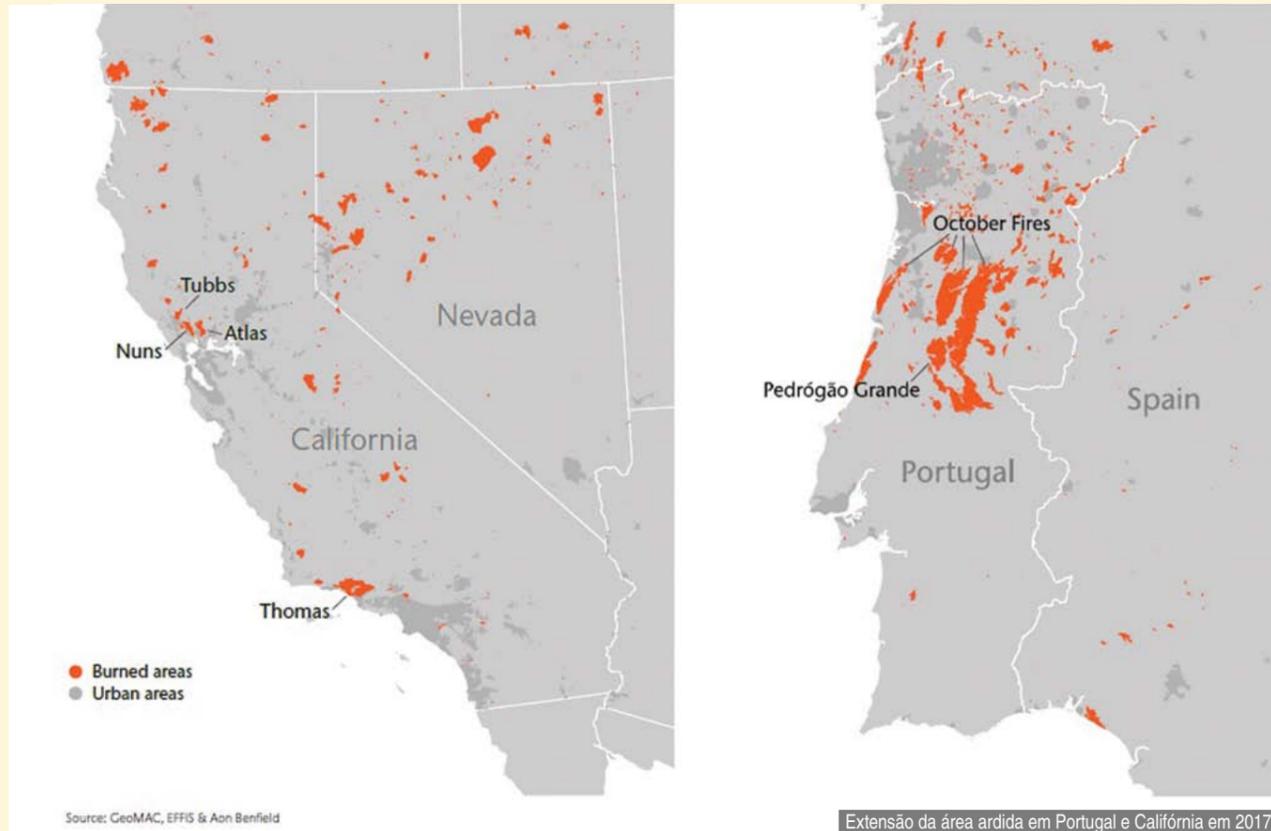


11ª Edição Dia Nacional do Bombeiro Profissional



11. SET. OLHÃO 2018





Incêndios de 2017 causaram prejuízos na ordem dos 1000 milhões de euros

(Por Alexandra Martins Silva)

O relatório da seguradora internacional Aon, que todos os anos faz uma análise do tempo, clima e catástrofes, concluiu que os incêndios de 2017 provocaram um prejuízo de mil milhões de euros, com apenas 244 milhões estão cobertos por seguros.

O ano de 2017 foi considerado um ano significativo do ponto de vista histórico no que toca aos danos provocados por desastres naturais, em que as perdas foram 93 por cento mais elevadas em comparação com a média de 2000-2016. 2017 também bateu o recorde como o ano mais caro na história dos desastres meteorológicos, como tempestades e secas, com perdas na ordem dos 289 mil milhões de euros.

O relatório, publicado em janeiro, refere que a seca que se estendeu pelo sul da Europa durante o ano de 2017 provocou danos de cerca de 6 mil milhões de euros em regiões de

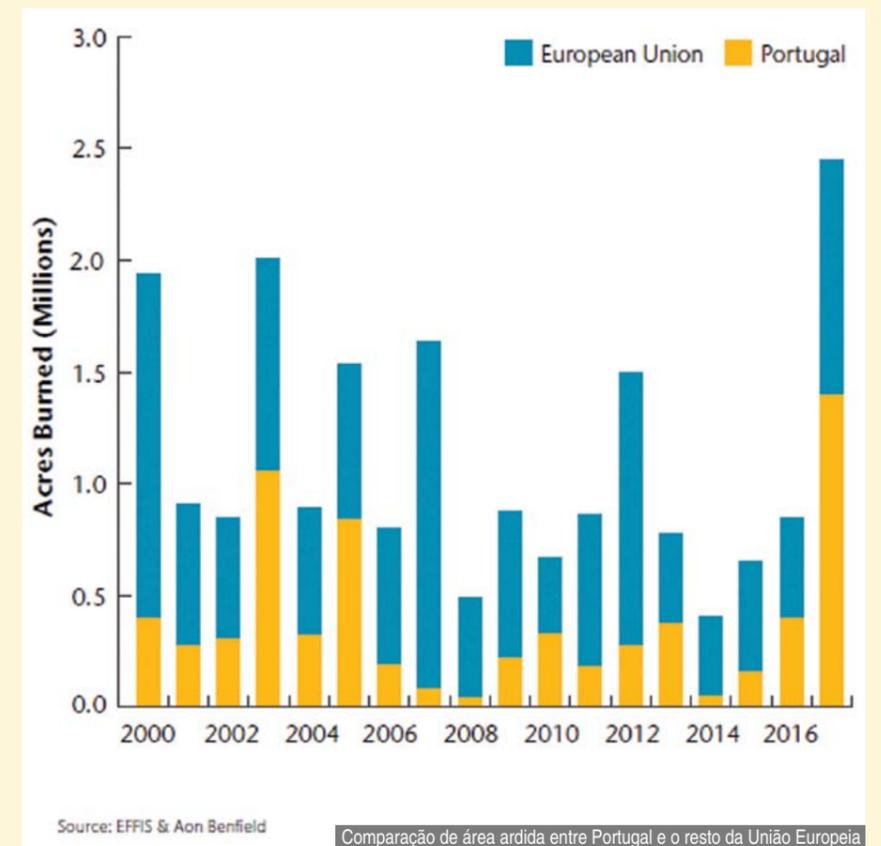
Esanha, Itália e Portugal. De facto, a linha orientadora do relatório aponta as alterações climáticas e os fenómenos meteorológicos extremos como a principal causa para o aumento significativo nas perdas económicas.



Desde 1880 que não se tinha registado um ano com temperaturas tão elevadas. 2017 bateu os recordes, especialmente em Portugal, com a maior área ardida registada desde 1980, o maior impacto financeiro e o maior número de mortes. O relatório indica que o país sofreu perdas na ordem dos mil milhões de euros, mas apenas 244 milhões é que estão cobertos por seguros, tendo sido o setor da indústria o mais afetado.

“O setor de seguros local declarou que este foi o desastre natural mais caro na história do país, com indemnizações superiores a 240 milhões de euros”, adianta o estudo da seguradora internacional sobre os incêndios de 2017 em Portugal, que também deixa uma crítica, “ao contrário dos outros quatro principais países do sul da Europa, Portugal falha em mitigar o impacto dos fogos florestais a longo prazo.

Sobre outras ocorrências a nível mundial, o estudo destaca os furacões Harvey, Maria e Irma que atingiram a costa leste dos Estados Unidos e que deixaram prejuízos na ordem dos 186 mil milhões, e as cheias que destruíram 570 mil casas por toda a China, deixando prejuízos que ultrapassaram os 10 mil milhões de euros.



Date(s)	Event	Location	Deaths	Economic Loss (USD) ¹¹	Insured Loss (USD) ^{11,12}
Summer & Autumn	Drought	Southern Europe	N/A	6.6 billion	700 million
October 15-16	Wildfire	Portugal	45	875 million	270 million
November 12	Earthquake	Iran, Iraq	630	740 million	25 million
June 22-25	Severe Weather	Central Europe	0	705 million	635 million
October 29-30	Windstorm Herwart	Central Europe	10	595 million	445 million
		All Other Events	~2,450	16 billion	4.6 billion
		Totals	~3,200	25 billion	7.0 billion

Cinco eventos mais significativos na Europa, Médio Oriente e África



RSB celebrou 623 anos com mais 140 elementos

(Por Cátia Godinho)

A Praça do Município recebeu a celebração do Dia da Unidade do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa, que assinalou dia 19 de maio, os seus 623 anos de história. No mesmo dia passaram a pronto 140 novos elementos

Em dia de festa, foram apresentados os projetos de dois dos quartéis do RSB, nomeadamente do quartel de comando e formação, em Marvila (Chelas) e o quartel da Boavista. Os dois projetos deverão estar concluídos em 2021.

O Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa tem atualmente 900 operacionais, 160 viaturas, distribuídos por 11 quartéis estrategicamente localizados na cidade. É anualmente chamado 20 mil vezes para intervir.

A autarquia pretende que este novo dispositivo ter “um tempo média de resposta às ocorrências mais reduzido e uma capacidade adicional de projetar meios de uma forma articulada entre si”, explicou Fernando Medina”

No discurso, Fernando Medina apontou o RSB como “uma referência no país, constituindo um dos garantes de segurança e bem-estar de Lisboa. Uma cidade que mudou muito nos últimos anos, o que implica um reforço constante da capacidade e dos meios. E é exatamente isso que tem feito e defendido em Lisboa. Sendo exemplos disso o crescimento, rejuvenescimento de força e do socorro.”







Pub



C. A. & SILVA

Reparação de Pesados, Lda.

Rua da Industria, 97

4485-946 Vilar do Pinheiro

Telefone: (351) 229 271 221

Fax: (351) 229 285 981

geral@carlosalbertosilva.pt

www.carlosalbertosilva.pt

NIPC e Registo na C.R.C Vila do Conde nº 504 355 929

Capital Social: 100.000,00 Euros





“RSB é hoje o maior corpo de bombeiros profissionais do país”

(Por Cátia Godinho)

No dia 12 de abril, a Câmara Municipal de Lisboa apresentou os dez Veículos Urbanos de Combate a Incêndios adquiridos recentemente, bem como uma ambulância e um Veículo Tanque Tático Florestal, este último adquirido com financiamento ao abrigo do programa 2020. O Alto Risco falou com o presidente Fernando Medina, que salientou as novidades em curso, algumas das quais materializadas no Dia da Unidade, a 19 de maio.

Qual o investimento feito nestas viaturas?

O investimento ultrapassa os dois milhões e meio de euros e vai permitir a renovação total da frota dos veículos urbanos de combate a incêndios. O Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa tem vindo a fazer um esforço importante na sua modernização e qualificação há vários anos. Investimos no recrutamento de novos bombeiros. Há uma nova recruta de 140. Investimos no equipamento de proteção individual de incêndio. Foram todos renovados. Investimos no fardamento. As fardas foram todas renovadas, de proteção e de trabalho dos bombeiros. Estamos a investir na requalificação das infraestruturas, com vários quartéis a sofrer pequenas intervenções. Temos dois quartéis novos: um já abriu na alta de Lisboa, no Lumiar, que era a zona

de carência fundamental; abriu um quartel no Martim Moniz; nas próximas semanas e durante este mandato vamos ter o início das obras do quartel central, em Chelas. Um quartel que queremos profundamente renovado, com mais área de atividade e para a escola, com mais área para treino, com mais equipamento de treino, e melhor equipamento para que os bombeiros possam ter a sua formação e estar em estado de prontidão para melhor servir a cidade.

Há três anos que integra o DECIF. Que especial atenção tem dedicado às medidas que o Governo está a levar em frente?

Temos acompanhado e temos a consciência de que temos um papel importante a desempenhar. O RSB é hoje o maior corpo de bombeiros profissionais do país. Temos consciência de que o RSB tem que servir bem a cidade de Lisboa mas é tam-

bém um ativo para o país. É nesse esforço nacional de qualificação no qual estamos inseridos. Já estávamos antes destas alterações e continuamos a estar porque o país tem que saber que conta com o Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa.

A falta de chefias tem afetado alguns corpos de bombeiros ao nível nacional. Em Lisboa, como é que está a decorrer esta situação?

Somos capazes de encontrar solução para obviar essa dificuldade mas é uma matéria que merece atenção e resolução. Os bombeiros profissionais são uma estrutura hierarquizada, são uma estrutura que necessita de um plano claro e efetivo e isso implica uma estrutura clara a todos os níveis. Por isso a consolidação das chefias é algo que é importante, mas não tenho dúvidas de que o governo conhece e partilha deste ponto de vista.



Olhão: cidade afitriã do Dia Nacional do Bombeiro Profissional assinalou o Dia da Cidade

Os bombeiros municipais de Olhão contam, desde o dia 16 de junho, com 10 novos elementos. A cerimónia de promoção decorreu no dia 16 de junho, no âmbito das comemorações do Dia da Cidade, em que se assinala os 210 anos sobre o levantamento popular e expulsão das tropas napoleónicas desta cidade algarvia.

Os bombeiros municipais de Olhão assistiram à cerimónia numa formatura organizada no mesmo espaço onde este ano vai decorrer a 11ª edição do Dia Nacional do Bombeiro Profissional, no Jardim Pescador Olhanense.

Foi daí que assistiram ao discurso do presidente da Câmara Municipal de Olhão, onde António Miguel Pina fez um balanço das obras feitas nos primeiros seis meses do atual mandato e manifestou planos para o futuro da cidade, nomeadamente a aposta na Polícia Municipal. A estes agentes caberá ter “uma postura de informar, aconselhar e sensibilizar os cidadãos para o respeito e cumprimento da lei em geral, bem como os regulamentos e posturas municipais”, esclareceu o Gabinete de Comunicação do município de Olhão.

A cerimónia contou com a presença do Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita.





Formação Zé Baril diverte crianças

Durante a manhã do dia 20 de abril, as 67 crianças da Escola Básica do 1º Ciclo de Barcouço, em Aveiro, participaram numa ação de sensibilização/formação no âmbito do projeto Zé Baril – Mestre de Proteção Civil da ANBP. Esta ação contou com a colaboração da corporação dos Bombeiros Voluntários da Pampilhosa.

Bruno Serra, representante do Secretariado Regional do Centro da ANBP e Subchefe de 2ª classe na Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra, explicou à Alto Risco que as crianças estiveram muito atentas durante toda a formação e que “colocaram muitas questões”.

A corporação dos Bombeiros Voluntários da Pampilhosa colaborou com a ANBP, especialmente na parte prática da formação. Segundo Bruno Serra “as crianças ficaram muito divertidas” com a espuma e com a explicação que os dois elementos dos Bombeiros da Pampilhosa deram sobre os equipamentos de proteção individual e do VUCI (Veículo Urbano de Combate a Incêndios). A ANBP aproveitou para agradecer a colaboração ao comandante da corporação, Fernando Abrantes, que marcou presença na formação.



Secretariado do Algarve promove ações de sensibilização junto das escolas

O secretariado regional do Algarve da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais (ANBP) organizou ações de sensibilização/formação nas escolas do concelho de Olhão, no âmbito do projeto Zé Baril, Mestre da Proteção Civil, da ANBP, numa parceria com o Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão e com a Câmara Municipal de Olhão.

Estas ações de formação decorreram em seis escolas do concelho, entre os dias 18 e 21 de dezembro, e tiveram como objetivo principal dotar de conhecimentos e técnicas de SBV (suporte

básico de vida) pediátrico, desobstrução de via aérea e sistema integrado de emergência médica aos 164 funcionários que lidam diretamente com crianças nos seus locais de trabalho.

Para Emanuel Andrade, secretário coordenador do secretariado regional do Algarve da ANBP, “este tipo de ações de sensibilização são importantíssimas pois devemos, à semelhança de outros países evoluídos, introduzir este tipo de conhecimentos em toda a sociedade pois só assim poderemos ter taxas de sobrevivência mais elevadas. É nisso mesmo que consiste o projeto do Zé Baril, introduzir conhecimentos de socorro logo nos primeiros anos de

escolaridade, e o projeto Portugal Seguro nos restantes membros da sociedade seja qual for a sua faixa etária.”

Emanuel Andrade acrescenta “que é de extrema importância este tipo de ações ser feita com uma grande abrangência, pois todos sabemos que quem não sabe não salva e um dia pode nos calhar a nos salvar ou ser salvo”.

O secretariado do Algarve da ANBP deixou um especial agradecimento ao corpo de Bombeiros Municipais de Olhão, na pessoa do Comandante Luís Gomes, e à Câmara Municipal de Olhão, na pessoa do Presidente António Pina, “pois sem as suas colaborações este projeto não seria possível”.

